

INDÚSTRIA E ORÇAMENTO

INFORMES
TEMÁTICOS 2024



GEDES

GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA
E SEGURANÇA INTERNACIONAL



1933



Observatório
Brasileiro de
Defesa e
Forças Armadas
EPPEN-UNIFESP

Apresentação

O *Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas (ObDEF)* é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede [*Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*](#), coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança ([*GEDES*](#)) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "Informes Temáticos", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira no primeiro semestre de 2024, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação sintetiza os materiais publicados pelos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense sobre a defesa e as forças armadas do Brasil, agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "Informes Temáticos" tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como os veículos midiáticos constroem as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Os Informes Temáticos 2024 foram elaborados por graduandos/as em Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), como atividade extensionista da disciplina "Estudos de Defesa".

Convidamos toda a comunidade para apreciar o Informe!

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe Informe Brasil- 2024

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Equipe técnica

Felipe Bechara Medeiros Gesteira (Unifesp)

Supervisão

Leonardo Pontes Vinhó

Redação

Ana Julia Ferreira dos Santos

Camila Mika Ozassa Sawada

Duany Ferreira

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Lucas Biagini Muniz e Borges

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Mariana Sala

Yasmin Duarte Resende

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). SANTOS, B. M.; BRAGA, C. G.; SILVA, E. C O.; LOPES, K. M.; LIMA, V. L. Indústria e orçamento. Informe temático 2024. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2025.

INDÚSTRIA E ORÇAMENTO

Beatriz Mendes dos Santos
Camilly Gomes Braga
Emilly Cristini Oliveira da Silva
Kauan Mendonça Lopes
Vinicius Lourenço de Lima

Graduandos em Relações Internacionais
EPPEN/UNIFESP

O presente informe temático propõe uma visão sistematizada sobre os principais acontecimentos relacionados à indústria de defesa e ao orçamento militar no Brasil ao longo do ano de 2024. Com base em uma compilação semanal de notícias veiculadas por grandes periódicos nacionais, destacam-se tendências, tensões políticas e estratégias institucionais que moldaram o setor ao longo do período analisado. O leitor encontrará uma análise sobre o reposicionamento do Brasil nos rankings globais de gastos militares, as demandas crescentes das Forças Armadas por recursos orçamentários, e os entraves enfrentados para a execução de programas estratégicos de reaparelhamento e inovação tecnológica.

Orçamento de defesa

Logo no início do ano, o anuário do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) trouxe à tona um dado que ocupou os principais jornais: o Brasil passou a figurar como o 14º maior orçamento de Defesa do mundo, com aproximadamente R\$141,4 bilhões aplicados em 2023. Apesar do

volume, as análises foram marcadas por críticas à distribuição interna dos recursos: cerca de 80% do total foi destinado a despesas com pessoal, enquanto os investimentos ficaram limitados a R\$ 8,1 bilhões — valor inferior ao do ano anterior. Essa estrutura orçamentária foi considerada um entrave para a

modernização das Forças Armadas, especialmente quando comparada ao investimento proporcional feito por países da OTAN. Comparações com a gestão anterior também reforçaram essa crítica: em 2019, o orçamento executado foi de R\$ 139,9 bilhões, contra R\$ 119 bilhões em 2023.

Poucas semanas depois, o Ministério da Defesa e os comandos militares reagiram à notícia de um corte de R\$ 280 milhões no orçamento da pasta, como parte de um ajuste fiscal mais amplo. Em audiência no Congresso, o ministro José Múcio Monteiro alertou para os efeitos negativos da medida sobre o funcionamento das unidades operacionais e defendeu a necessidade de previsibilidade nos repasses. O tema reacendeu o debate sobre o papel da Defesa no orçamento da União e a disparidade entre os percentuais investidos por países com estruturas militares semelhantes.

No mesmo período, uma proposta de emenda constitucional (PEC) foi interpretada como sinal de aproximação entre o governo federal e setores conservadores das Forças Armadas. A PEC previa fixar o orçamento da Defesa em 2% do PIB — percentual acima dos 1,1% praticados pelo Brasil. A iniciativa partiu de um senador da oposição, mas recebeu apoio do Palácio do Planalto, sendo vista como uma tentativa de acomodação política e técnica, apesar das incertezas

fiscais que envolvem sua viabilidade.

Durante o mês de junho, as discussões orçamentárias voltaram ao centro das atenções após declarações da ministra do Planejamento, Simone Tebet, sugerirem cortes na previdência militar. A reação dos comandos militares foi imediata: notas oficiais, articulação com o Congresso e até a elaboração de uma cartilha de defesa da estrutura previdenciária vigente. A imprensa destacou que os gastos com pessoal atingem 85% do orçamento da Defesa, sendo que os valores pagos a militares da reserva se aproximam dos da ativa. Especialistas apontaram que o modelo atual gera um impacto fiscal desproporcional se comparado à previdência dos servidores civis.

Já no fim de julho, o governo anunciou um novo bloqueio de verbas, desta vez no valor de R\$ 675 milhões. A medida levou a Marinha a suspender contratos e demitir pessoal vinculado a projetos como os submarinos e navios-patrolha. A verba discricionária da Defesa caiu para R\$ 5,7 bilhões — o menor patamar em uma década. A situação agravou ainda mais a percepção de estagnação e desarticulação entre o discurso político de fortalecimento da soberania e a prática orçamentária.

Meses depois, a Folha de S. Paulo revelou que o Exército havia pago

R\$ 49,4 milhões em bônus a servidores civis e tentou ocultar os nomes dos beneficiários. A Controladoria-Geral da União interveio, exigindo a publicação dos dados com base na Lei de Acesso à Informação. O episódio acentuou críticas à falta de transparência nos gastos da Defesa, especialmente em um momento de cortes e pressões por ajustes.

Até novembro, o projeto de orçamento para 2025 ainda tramitava no Congresso, e não havia previsão de aumento real para os investimentos da Defesa. A PEC dos 2% seguia sem avanço, e os especialistas continuavam apontando a ausência de mudanças estruturais no modelo de financiamento do setor. A concentração em pessoal e a falta de metas operacionais associadas ao orçamento permaneciam como pontos críticos não enfrentados.

Indústria de defesa

Em março, durante uma cerimônia que contou com a presença dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da França, Emmanuel Macron, foi realizado o lançamento de um novo submarino construído no âmbito da parceria entre Brasil e França. Na ocasião, o comandante da Marinha fez um apelo público por mais

investimentos no setor, destacando a importância da continuidade dos projetos estratégicos. A cobertura destacou ainda que, apesar do simbolismo do evento, a cooperação com a França no desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear enfrentava entraves diplomáticos, em razão das restrições internacionais à transferência desse tipo de tecnologia. O governo brasileiro reforçou que o uso pretendido do submarino é exclusivamente pacífico, reafirmando o compromisso do país com a não-proliferação nuclear.

No mês de junho, a Força Aérea Brasileira expressou publicamente seu descontentamento com os atrasos nas entregas e o custo elevado dos caças Gripen. Cogitou-se até a aquisição de caças F-16 usados dos Estados Unidos como alternativa ou pressão diplomática sobre a empresa sueca Saab. Apesar disso, o programa Gripen foi mantido como prioridade absoluta, sendo considerado o principal exemplo de parceria estratégica com transferência tecnológica ativa.

Também em junho, uma movimentação no setor privado acendeu alertas dentro do governo: a estatal chinesa Norinco demonstrou interesse em adquirir 49% da Avibras, uma das principais fornecedoras de sistemas de artilharia e mísseis do país. As Forças Armadas reagiram com preocupação à possível entrada de

capital estrangeiro em uma área considerada sensível. A negociação expôs a crise da base industrial de defesa, marcada por dívidas, redução de contratos e alta dependência de verbas públicas.

Na primeira semana de agosto, o lançamento da fragata Tamandaré, primeira de quatro previstas, foi tratado como um marco simbólico. O governo utilizou a ocasião para reafirmar o compromisso com a soberania marítima e a necessidade de manutenção da capacidade dissuasória nacional. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, destacou o papel da indústria naval no fortalecimento da base industrial brasileira, embora tenha reconhecido os desafios de financiamento.

No mês de outubro, diante do risco de venda da Avibras para investidores internacionais, o Ministério da Defesa articulou uma proposta de fusão da empresa com a nacional Akaer. A alternativa foi vista como tentativa de preservar o controle tecnológico e o capital nacional em áreas estratégicas como foguetes, sistemas guiados e mísseis táticos. A negociação seguiu em curso até novembro, com apoio da presidência e acompanhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Encerrando o ciclo de 2024, o setor industrial não havia recebido novos aportes significativos, tampouco houve o anúncio de programas inéditos. Apesar da continuidade de projetos como o Gripen e o

Prosub, a imprensa e especialistas do setor destacaram o risco de estagnação tecnológica, a ausência de inovação coordenada e a falta de estratégia para expansão da base industrial de defesa brasileira nos próximos anos.

Os jornais e a cobertura sobre o orçamento das Forças Armadas

Na questão orçamentária, a maior concentração de reportagens ocorreu no mês de abril, seguido por maio e junho. Esses picos coincidem com momentos de maior debate público sobre cortes de verbas, denúncias de desequilíbrio nos gastos e a tentativa de reorganização orçamentária dentro do Ministério da Defesa. A cobertura estende-se ainda por março, julho, agosto, setembro e outubro, evidenciando o orçamento militar como um tema recorrente ao longo do ano.

A Folha de S. Paulo apresentou uma cobertura marcadamente crítica e fiscalista, com diversas reportagens abordando o elevado volume de recursos destinados a militares inativos, pensionistas e aposentados. O jornal destacou dados do Tribunal de Contas da União (TCU) e de relatórios oficiais que revelam distorções graves, como o fato de que a maior parte

do orçamento da Defesa é consumida por despesas obrigatórias com pessoal, em detrimento de investimentos em material bélico, manutenção e infraestrutura. Além disso, colunas opinativas e análises publicadas pela Folha defenderam reformas administrativas e uma maior transparência na gestão dos recursos militares.

Por sua vez, O Estado de S. Paulo abordou a questão orçamentária a partir de uma perspectiva mais institucional, preocupando-se com os impactos concretos da escassez de recursos sobre os projetos estratégicos das Forças Armadas. As matérias destacaram o atraso de pagamentos a fornecedores, o comprometimento da manutenção de equipamentos e o risco de paralisação de programas relevantes, como o Prosub e o SISFRON. Ainda que sem ignorar os problemas estruturais, o Estadão adotou um tom mais técnico e voltado à continuidade operacional, enfatizando a importância de garantir previsibilidade orçamentária para preservar a capacidade de dissuasão militar do país.

As reportagens de ambos os jornais revelam, portanto, abordagens distintas, mas complementares: enquanto a Folha questiona a eficiência dos gastos e aponta os privilégios e distorções na folha de pagamento dos militares, o Estadão alerta para as consequências práticas de uma

política de contenção orçamentária sem planejamento. A presença de colunas e editoriais nos dois veículos reforça que o debate sobre o orçamento das Forças Armadas está no centro das preocupações tanto econômicas quanto estratégicas do país. A análise das matérias permite concluir que há um consenso quanto à necessidade de reestruturação dos gastos militares, mas divergência quanto às prioridades e caminhos para isso.

Os jornais e a cobertura sobre a indústria de defesa brasileira

A respeito da temática da indústria de defesa brasileira, o mês de junho concentrou o maior número de publicações sobre o tema, seguido por julho e agosto. A concentração de textos nesses meses coincide com eventos significativos, como o agravamento da crise da empresa Avibras, negociações internacionais envolvendo a venda da empresa, e movimentações diplomáticas em torno de acordos de cooperação tecnológica. Os demais textos foram distribuídos entre abril, maio, setembro e outubro, refletindo uma cobertura contínua, mas reativa a momentos de crise e movimentações políticas.

As matérias analisadas demonstram uma cobertura preocupada com a sustentabilidade da base industrial de defesa brasileira. A crise da Avibras foi um dos temas centrais, com reportagens detalhando sua situação financeira crítica, a possibilidade de venda para empresas estrangeiras e a proposta de fusão com a Akaer como alternativa para manter o controle nacional. Também foram abordados os riscos geopolíticos envolvidos, como o interesse da China na compra da empresa e o desconforto gerado junto aos Estados Unidos. A imprensa destacou, com frequência, os perigos de o país perder o domínio sobre tecnologias estratégicas, alertando para os impactos na soberania nacional e na autonomia do setor.

A cobertura incluiu ainda matérias sobre projetos estratégicos em curso, como o desenvolvimento de mísseis (Mansup), os drones armados Nauru, as fragatas da classe Tamandaré e o programa de submarinos Prosub. O jornal Estadão deu destaque ao avanço dessas iniciativas como sinal de modernização das Forças Armadas, enquanto a Folha adotou um tom mais crítico, enfatizando a ausência de uma política clara de fomento à indústria e a instabilidade no financiamento dos projetos. Apesar disso, ambos os jornais demonstraram preocupação com o futuro do setor, reconhecendo sua importância estratégica e seu papel

na geração de empregos altamente qualificados.

Em termos de formato, predominam as reportagens informativas, mas houve também editoriais e colunas opinativas, especialmente quando o debate se relacionava a riscos diplomáticos ou decisões sensíveis do Executivo. Os jornais evidenciaram enfoques distintos: o Estadão valorizou os acordos bilaterais e os esforços de internacionalização das empresas brasileiras, enquanto a Folha reforçou os entraves estruturais enfrentados pela indústria, como a dependência de recursos públicos e a fragilidade das políticas industriais. Ainda que com perspectivas diferentes, a cobertura dos dois veículos aponta para um consenso quanto à necessidade de fortalecimento da indústria de defesa como pilar da soberania e da segurança nacional.

Gastos militares em cheque: análise a partir dos investimentos no orçamento e indústria

Ao longo de 2024, as discussões sobre o orçamento da defesa e a indústria militar brasileira evidenciaram a complexidade e as tensões que envolvem o papel das Forças Armadas em uma democracia. A partir da análise de 44 reportagens dos jornais Folha

de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, observa-se que o orçamento de defesa é frequentemente tratado de forma fragmentada e, por vezes, descontextualizada. Faltam, em diversos casos, conexões mais explícitas com o debate sobre defesa nacional, política industrial, controle civil e as funções constitucionais das Forças Armadas.

No caso brasileiro, o orçamento da defesa ainda reflete os desequilíbrios estruturais de uma democracia que passou por uma transição pactuada e incompleta. Uma das maiores distorções está na composição do gasto: a maior parte do orçamento do Ministério da Defesa destina-se ao pagamento de pessoal inativo, especialmente militares da reserva, ao passo que investimentos em reaparelhamento e desenvolvimento tecnológico permanecem residuais. Essa característica, embora mencionada em alguns textos jornalísticos, não foi abordada com a profundidade que o tema exige. Pouco se discutiu sobre a ausência de mecanismos efetivos de supervisão e controle civil sobre a formulação e execução do orçamento da defesa, tampouco sobre os interesses corporativos que frequentemente guiam as decisões na área.

No que diz respeito à indústria de defesa, a cobertura dos jornais centrou-se em eventos pontuais, mas careceu, na maioria dos casos,

de uma contextualização mais ampla sobre a política industrial de defesa, seus desafios estruturais e seu potencial estratégico para o país. A imprensa, nesse ponto, tende a apresentar os dados como fatos isolados, e não como parte de uma política de Estado que deveria articular desenvolvimento tecnológico, soberania nacional e geração de emprego qualificado.

Cabe, portanto, ao leitor dos jornais — especialmente aquele que busca compreender o papel da defesa em uma democracia — manter uma postura crítica diante de uma cobertura que, embora relevante, muitas vezes não questiona as implicações políticas de certas escolhas orçamentárias. É necessário compreender que o orçamento da defesa é um instrumento político e que sua expansão deve vir acompanhada de justificativas públicas, transparência nos critérios de alocação e mecanismos institucionais claros de controle e supervisão civil.

Para saber mais

Relatório (em vídeo) sobre o balanço militar mundial feito pelo International Institute for Strategic Studies -

 The Military Balance 2024 lau...

Reportagem acerca do aumento
em gastos militares no ano de 2024
pela CNN

 [Análise: Gasto militar tem au...](#)

Audiência pública sobre
prioridades das Forças Armadas,
planos de defesa do território
brasileiro e cortes no orçamento -
com participação do ministro da
Defesa em 2024 José Múcio
Monteiro Filho

  [Mucio e comandantes das...](#)

Podcast Missão Desenvolvimento -
episódio #119 sobre a indústria de
defesa brasileira

[Podcast no spotify](#)